

PERCEPÇÃO QUANTO AOS RISCOS INERENTES AO MANEJO DOS RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE (RSS) DOS TRABALHADORES DE UM HOSPITAL PÚBLICO EM JI-PARANÁ/RO

Katerine Vanessa Prado da Silva*, Margarita María Dueñas Orozco.

* Engenheira Ambiental graduada pela Universidade Federal de Rondônia. E-mail: katerine.prado@hotmail.com

RESUMO

A geração de resíduos sólidos, a partir da realização de diversas atividades humanas, é apontada como um dos principais problemas enfrentados no mundo. Incorporados ao montante de Resíduos Sólidos Urbanos, estão os Resíduos de Serviços de Saúde (RSS), que, apesar de representarem aproximadamente 2% em relação ao percentual total de resíduos sólidos gerados nas cidades, possuem características peculiares, tais como a patogenicidade e a radioatividade, demandando, portanto, gerenciamento adequado. A eficiente gestão dos RSS está intrinsecamente relacionada ao manejo dos mesmos. É certo que um apropriado manejo minimiza os riscos inerentes, quando da realização das práticas de segregação, coleta e armazenamento, numa unidade geradora de RSS. Para tanto, é essencial que os funcionários percebam os riscos do inadequado manejo dos RSS prevenindo o desencadeamento de situações que representem danos a sua saúde e a sua integridade física. Portanto, o objetivo deste estudo é analisar a percepção dos trabalhadores que lidam com o manejo dos RSS de um hospital público em Ji-Paraná/RO, quanto aos riscos inerentes. O hospital pesquisado, que realiza em torno de 8500 consultas e mais de 850 internações ao mês, não dispõe de Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS), documento técnico que auxilia no gerenciamento dos RSS, obrigatório desde o ano de 2004. Para a coleta de dados, foram aplicados questionários, previamente elaborados, com perguntas abertas, abordando o assunto RSS, visando buscar informações sobre a percepção dos trabalhadores em relação aos riscos inerentes e relacioná-la com a capacitação dada a eles e outros fatores associados. O estudo revelou que, embora exista a percepção de riscos nas atividades exercidas pelos trabalhadores encarregados do manejo de RSS, essa percepção não é suficiente para que eles executem as práticas adequadas. Isto indica que há falhas nos treinamentos e capacitações oferecidas e que a qualidade e frequência das mesmas devem ser melhoradas. Evidências como o desuso de Equipamentos de Proteção Individual demonstram que gestores e trabalhadores precisam se conscientizar de que as atividades de manipulação de RSS têm de ser feitas com maior cuidado e responsabilidade. A falta do PGRSS aponta-se como fator crítico no adequado gerenciamento de RSS, aumentando as possibilidades de acidentes de trabalho e a não adequação do estabelecimento às normas referentes.

PALAVRAS-CHAVE: Resíduos de Saúde, manejo, riscos, gerenciamento.

INTRODUÇÃO

Os resíduos de serviços de saúde (RSS) são gerados em estabelecimentos e serviços específicos de atendimento à saúde humana e animal tais como hospitais, necrotérios, funerárias, farmácias, centros de zoonoses, serviços de acupuntura e tatuagens, que, pelas suas peculiaridades, necessitam de manejo diferenciado, podendo, ainda, ser exigido o tratamento prévio antes de sua disposição final (BRASIL, 2005; FEAM 2008).

Ainda que representem uma parcela menor que 2% em relação ao total de resíduos sólidos urbanos gerados diariamente no Brasil (ANVISA, 2006) os RSS, em razão de suas características de patogenicidade e toxicidade, estão enfatizados na Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS, 2010) como resíduos perigosos que oferecem significativo risco à saúde pública e à qualidade ambiental.

Os problemas relacionados com os RSS podem ser divididos em dois âmbitos: o primeiro diz respeito ao local de geração deste tipo de resíduo, que expõe ao risco a saúde dos trabalhadores, pacientes e visitantes que se deparam próximos aos mesmos dentro do próprio estabelecimento gerador. O outro âmbito concerne à destinação final dos RSS, que quando inadequada, proporciona riscos ao meio ambiente, contaminando solos, água, e ar, além dos riscos à saúde pública e o acarretamento de problemas na gestão socioambiental e sanitária de uma localidade (TAKADA, 2003; SCHNEIDER, 2004; MARTINS, 2004; MARANGONI, 2006).

Visando a prevenção quanto aos riscos advindos dos RSS, é essencial que se execute o gerenciamento nas unidades geradoras. O gerenciamento dos RSS consiste na adoção de procedimentos de gestão, a partir de bases técnicas e

científicas, que tem por objetivo reduzir a geração e dar destinação adequada aos mesmos, garantindo o equilíbrio dos recursos naturais, a qualidade da saúde pública, proteção da comunidade e dos trabalhadores (BRASIL, 2004).

A complexidade no gerenciamento dos resíduos de saúde, em estabelecimentos tais como hospitais, é dada, entre outros fatores, pelo fato de envolver toda a comunidade hospitalar, desde os médicos e enfermeiros, que executam a segregação dos RSS no momento em que são gerados, até os trabalhadores responsáveis pela coleta, transporte e armazenamento dos mesmos na unidade geradora. Neste contexto, é de fundamental importância que os responsáveis pelo manejo interno dos RSS tenham conhecimento prévio acerca dos RSS, suas peculiaridades, riscos envolvidos e procedimentos adequados de manejo.

À medida que os trabalhadores envolvidos com o manejo dos RSS reconhecem os riscos aos quais estão expostos, estes terão maior atenção na execução de suas atividades, diminuindo a probabilidade de acidentes de trabalho e contribuindo para o adequado gerenciamento dos RSS. Logo, a análise da percepção quanto aos riscos inerentes ao manejo dos RSS dos trabalhadores do hospital deste estudo, proporcionará indicações quanto às falhas e acertos no gerenciamento na unidade pesquisada, podendo servir como instrumento motivador para futuras adequações.

METODOLOGIA UTILIZADA

O enfoque da pesquisa foi dado aos trabalhadores responsáveis pelo manejo dos RSS em um hospital público no município de Ji-Paraná/RO. O hospital dispunha de 144 leitos e realizava em torno de 8.500 consultas e 850 internações ao mês. Do total de 350 funcionários, 30 eram responsáveis pela limpeza e manejo dos RSS. A coleta dos dados ocorreu entre julho e outubro de 2012 e constituiu-se de duas etapas: primeiro, aplicou-se um questionário previamente elaborado com perguntas abertas relacionadas às práticas de manejo dos RSS. Para a elaboração do questionário foi utilizada a RDC ANVISA nº 306/2004 e a Resolução CONAMA nº 358/2005 como base técnica científica e buscou-se, neste processo, a utilização de vocabulário simples, que possibilitasse a fácil compreensão por parte dos funcionários que preencheriam os questionários. Porém, mesmo com a devida atenção, várias perguntas não foram respondidas. Posteriormente, as lacunas de informação deixadas nos questionários foram sanadas através da realização de entrevistas informais, que consistiu na segunda etapa da pesquisa. Após a tabulação dos dados, estes foram analisados e buscou-se relacionar as práticas de manejo dos RSS com o treinamento dado aos trabalhadores pelo hospital para execução de suas respectivas atividades e com o conhecimento dos mesmos sobre o assunto tratado.

RESULTADOS OBTIDOS OU ESPERADOS

No momento da pesquisa, o hospital terceirizava a limpeza e manejo dos RSS para uma empresa com sede na capital do Estado de Rondônia, Porto Velho. A empresa realizava o treinamento dos trabalhadores sobre o manejo dos RSS duas vezes ao ano, no qual eram ministradas palestras abordando os riscos relacionados às práticas inadequadas de manejo dos RSS e eram dadas orientações quanto à adequada realização das mencionadas práticas.

Dos 30 funcionários que executavam o manejo dos RSS na unidade pesquisada, 24 foram os que participaram da pesquisa, os 06 restantes se recusaram a responder os questionamentos ou estavam de folga no dia da coleta. Quanto ao grau de escolaridade, 75% dos entrevistados possuíam apenas o ensino fundamental, 25% chegaram a entrar no ensino médio ou concluir o mesmo e nenhum destes trabalhadores concluiu o ensino superior.

O baixo grau de escolaridade apresentado pelos funcionários que responderam à pesquisa pode ter sido um dos fatores que influenciaram para que algumas questões fossem deixadas em branco nos questionários. Durante as entrevistas informais, retomaram-se estas perguntas, e percebeu-se que as mesmas não haviam sido respondidas devido à falta de interpretação textual, ou seja, mesmo com o uso de vocabulário simples, muitos colaboradores não entenderam o enunciado da questão. Outras perguntas não foram respondidas devido à falta de conhecimento sobre o assunto, o que denota que as instruções passadas nas palestras não eram satisfatórias ou não estavam sendo assimiladas com exatidão.

Quanto à percepção de riscos envolvendo o manejo de RSS, 100% dos funcionários que operavam o manuseio dos resíduos na unidade de saúde responderam ter ciência da existência de riscos na execução de seus cargos. Segundo Wiedemann (1993), citado por Dallagnol (2013), a percepção de riscos é a capacidade de reconhecer uma circunstância potencialmente danosa à saúde ou à vida humana, baseada em vivências anteriores, transportando-as para um momento futuro. Conhecendo os riscos envolvidos, o funcionário que maneja os RSS tomará as devidas providências para evitá-los, sendo essa percepção de fundamental importância, portanto, para a realização adequada das práticas de manejo.

Ainda que houvesse a percepção dos riscos envolvidos nos RSS pelos funcionários do manejo, existem evidências de que a mesma não está sendo suficiente para impulsionar os trabalhadores ao uso de todos os equipamentos de proteção individual (EPIs). A Figura 01 revela que, o uso de avental e óculos está sendo totalmente negligenciado e que há trabalhadores que não utilizam botas e gorros.

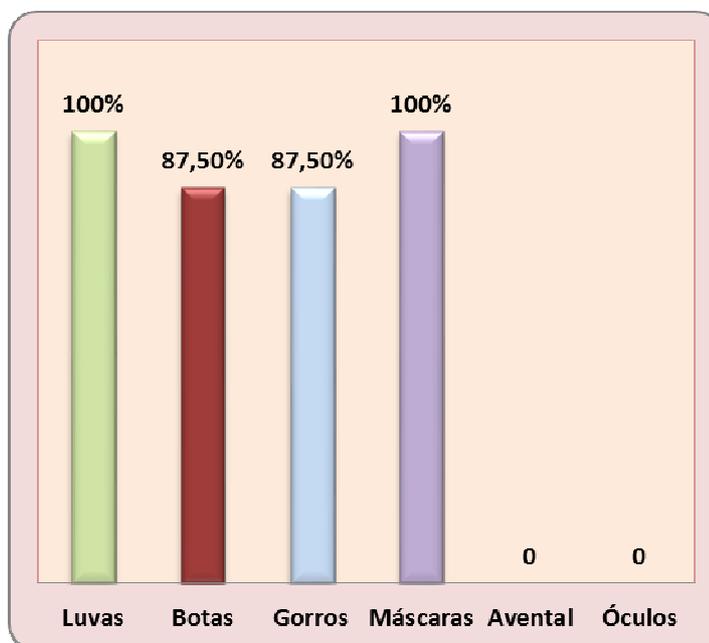


Figura 01 - Percentual de funcionários do manejo dos RSS que faziam o uso de EPIs.

Com base em observações realizadas paralelamente, verificou-se que os funcionários utilizavam com maior frequência luvas e botas de plástico e que não utilizavam avental de borracha, óculos e gorro. Freitas e Pestana (2010) constataram em pesquisa realizada em hospital no Rio de Janeiro, falhas similares às que ocorreram no hospital objeto de estudo.

O desuso de EPIs transparece que as instruções dos procedimentos de segurança do trabalhador passadas nos treinamentos não são suficientes ou não estão sendo assimiladas como deveriam. É importante ressaltar que, além da capacitação, é essencial a fiscalização do trabalho executado por esses trabalhadores, fiscalização esta que é de responsabilidade do estabelecimento de saúde.

Quanto aos recipientes utilizados para acondicionamento dos perfurocortantes pelo hospital estes eram, em ocasiões, improvisados através de caixas de papelão. Quando questionados se os recipientes utilizados para acondicionar os RSS perfurocortantes eram apropriados, 66,7% dos trabalhadores envolvidos com o manejo dos RSS responderam que sim e 33,3% responderam que não. A improvisação oferece riscos de manuseio, já que a vedação não é completa, contendo frestas pelas quais os objetos perfurocortantes podem escapar. Segundo Silva (2008), a maioria dos casos de acidentes envolvendo os RSS se diz respeito aos perfurocortantes. O percentual de 66,7% dos questionados, revela, no entanto, que a maioria dos funcionários acreditava que o acondicionamento dos perfurocortantes era correto. Acreditando que essa prática era correta, os funcionários do hospital não percebiam os riscos aos quais estavam expostos aumentando o perigo de acidentes de trabalho.

Quando questionados sobre a ocorrência de acidentes de trabalho, um funcionário relatou ter sofrido acidente com material perfurocortante. Segundo o trabalhador, o episódio ocorreu durante o transporte dos resíduos do armazenamento temporário até o armazenamento externo, caminho no qual alguns dias anteriores houve a queda de uma caixa de perfurantes. Esse local era coberto por grama, e, possivelmente, uma agulha teria ficado cravada sobre o terreno e camuflada pelo gramado, sendo que dias depois o funcionário veio a pisar sobre a agulha que atravessou o seu sapato e pé. É importante mencionar que o funcionário não fazia uso de botas apropriadas para o seu trabalho no dia do acidente e, mesmo após o ocorrido, observou-se que a prática inadequada da falta de uso do EPI em questão, continuou. Silva (2011) em pesquisa realizada nos estabelecimentos geradores de RSS de Ji-Paraná constatou que 32% dos trabalhadores que manuseavam estes resíduos não estavam cientes da periculosidade das suas atividades e do correto manuseio dos RSS. Essa atitude transparece a despreocupação e conseqüentemente a desinformação do funcionário

quanto aos riscos gerados no seu ambiente de trabalho, além da falta de treinamento e fiscalização na execução dos serviços do hospital.

Quanto ao recebimento de respingos de sangue ou de líquidos presentes nos RSS, 8,3% dos entrevistados responderam que já foram atingidos por respingos de sangue e, 62,5%, relataram já terem sido atingidos durante a execução da coleta e transporte por resíduos líquidos presentes nos RSS.

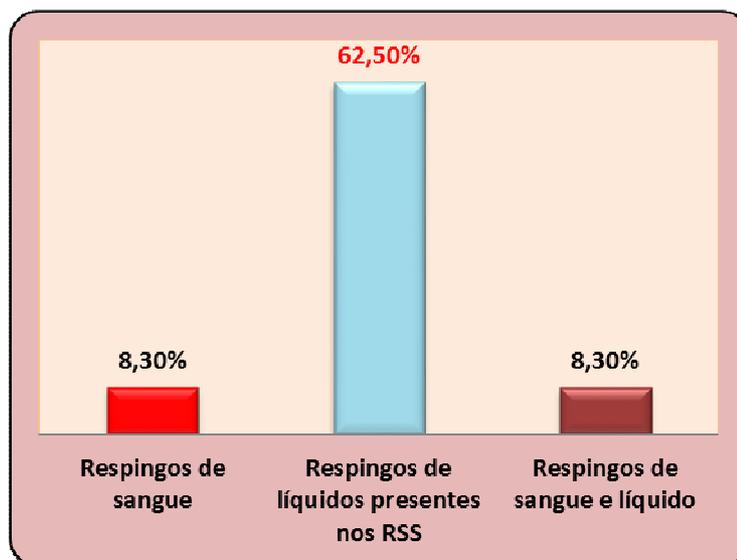


Figura 2 - Percentual de funcionários atingidos com respingos de sangue e/ou líquidos presentes nos RSS no hospital.

O acometimento por respingos de líquidos presentes nos RSS por mais da metade dos funcionários que manejavam os RSS ressalta a importância do uso de EPIs, principalmente o uso de aventais e óculos, elementos que não estavam sendo usados pelos servidores.

No hospital, o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS) é inexistente. Este documento, regulamentado no Brasil pela resolução ANVISA 306 de 2004, orienta o gerenciamento e realização de todas as etapas de manejo dentro de uma unidade geradora de RSS. Quando questionados acerca do PGRSS, 100% dos entrevistados não sabiam do que se tratava e também desconheciam se no hospital existia ou não tal documento. Inexistindo o PGRSS, ainda que se realizem treinamentos e palestras, a orientação dos funcionários responsáveis pelo manejo dos RSS no hospital ficará comprometida e, conseqüentemente, o gerenciamento dos RSS na unidade estará suscetível ao acometimento de falhas, como foi verificado na execução de procedimentos nas diversas etapas de manejo dos RSS.

CONCLUSÕES/RECOMENDAÇÕES

Ainda que os riscos relacionados ao manejo dos RSS fossem percebidos pelos funcionários responsáveis pelo seu manejo, medidas de prevenção não eram executadas de modo a evitar acidentes de trabalho dentro do estabelecimento de saúde. Com isso percebe-se que há falhas nas capacitações e treinamentos dos funcionários e que as orientações a eles dadas não são suficientes para suprir a falta de conhecimento acerca do assunto. O primeiro passo na minimização das práticas inadequadas de manejo é a elaboração do PGRSS, documento que norteará a execução do adequado manejo dos RSS tanto internamente quanto externamente, desde sua geração e acondicionamento até sua disposição final. A inserção de treinamentos continuados e maior rigor na fiscalização também são de suma importância para que os trabalhadores tomem ciência dos perigosos a que se expõem ao realizarem as práticas inadequadas de manejo e para que sua saúde e segurança não se vejam comprometidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ANVISA- Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Manual de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde / Ministério da Saúde, – Brasília, 2006.

2. BRASIL. ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária. RDC nº 306 de 2004. Regulamento técnico para o gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde.
3. BRASIL. CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução nº 358 de 29 de abril de 2005. Dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde e dá outras providências.
4. BRASIL. Lei 12.305 de 02 de agosto de 2010 institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, altera a Lei 9.605 de 12 de fevereiro de 2008; e dá outras providências.
5. FREITAS, P.C., PESTANA, C. L. S. O manejo dos resíduos de saúde: riscos e consequências à saúde do trabalhador. Revista Saúde Coletiva, editorial bolina, São Paulo, Brasil, 2010. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=84213511004>.
6. FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE. Manual de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde. Belo Horizonte, 2008. Disponível em: http://www.feam.br/images/stories/arquivos/minassemlixoes/cartilha_rss_alta.pdf
7. MARANGONI, M. C. Gerenciamento de resíduo de serviço de saúde: estudo de caso hemocentro da Unicamp. 2006. 114 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil), Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.
8. MARTINS, F. L. Gerenciamento de resíduos sólidos de serviços de saúde: análise comparativa das legislações federais. 2004. 135 f. Dissertação (Mestrado em Sistemas de Gestão), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.
9. SCHNEIDER, V. E. Sistema de Gerenciamento de Resíduos Sólidos de Serviço de Saúde: Contribuição ao Estudo das Variáveis que interferem no processo de implantação, monitoramento e custos decorrentes. Tese apresentada a Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2004.
10. SILVA, L.O. Análise do cenário do gerenciamento de resíduos sólidos de serviços de saúde no município de Ji-Paraná, RO. Trabalho de conclusão de curso apresentado à Universidade Federal de Rondônia, Ji-Paraná, 2011.
11. SILVA, D. F. Avaliação das condições do gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde do Hospital das Clínicas da UFMG. Dissertação apresentada à Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.
12. TAKADA, A. C. S. O plano de gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde e o direito do trabalhador. Monografia Final de Curso, Fundação Oswaldo Cruz. Brasília, 2003.
13. WIEDEMANN, P.M. Introduction risk perception and risk communication. Jülich: Programme Group Humans; Environment, Technology (MUT), Research Centre Jülich; 1993. (Arbeiten zur Risiko- Kommunikation 38). Citado em DALLAGNOL, F. S. Percepção de segurança dos trabalhadores em uma empresa florestal. Monografia de especialização apresentada à Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2013.